



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**COMISSÃO DE CONTROLE  
ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO**

## **GRUPO DE TRABALHO**

**FOMENTO AO APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA,  
CONTROLES INTERNOS E TRANSPARÊNCIA NOS  
MUNICÍPIOS**

**QUESTIONÁRIO BÁSICO  
PROGRAMAS E PROJETOS SELECIONADOS**

**CNMP  
JULHO 2021**

# I IDENTIFICAÇÃO

## 1. NOME DO PROGRAMA / PROJETO

Programa de Fortalecimento das Ouvidorias.

## 2. OBJETIVOS GERAIS

Atuar, por meio de ação integrada e complementar do MPES e da CGU, junto aos municípios do Estado visando fomentar a importância das Ouvidorias, bem como buscar a integração entre elas, com compartilhamento da base dados com os órgãos colaboradores, de forma a gerar uma rede de comunicação eficaz de banco de dados. Além disso, contribuir na criação de estruturas e capacidades para implantação, disseminação e fortalecimento de Ouvidorias Públicas no Estado do Espírito Santo.

## 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contribuir na criação de estruturas e capacidades para implantação, disseminação e fortalecimento de Ouvidorias Públicas no Estado do Espírito Santo.

## 4. ÓRGÃO RESPONSÁVEL NO MP

CADP – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público.

## 5. ÓRGÃOS / ENTIDADES PARCEIRAS

- a) MPES;
- b) municípios do ES;
- c) Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes);
- d) Controladoria-Geral da União no ES;
- e) demais parceiros, tanto da administração pública como privada.

## 6. ÁREA DE ATUAÇÃO

TRANSPARÊNCIA  
 GOVERNANÇA

CONTROLE INTERNO  
 OUVIDORIA

( ) OUTROS

## 7. LOGOMARCA

Não possui.

## 8. SÍTIO ELETRÔNICO / ENDEREÇO ELETRÔNICO / CONTATO DO ÓRGÃO E DO GERENTE RESPONSÁVEL

<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaSemFoto.aspx?pagina=15>

Dirigente do CADP: Promotora de Justiça, Dra. Mariana Peisino do Amaral.

## II ORIGENS

### 9. DATA DE CRIAÇÃO

Dezembro/2019.

### 10. PROCURADOR-GERAL RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO

Dr. Eder Pontes da Silva.

### 11. COORDENADOR / GERENTE RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO

Dr. Lidson Fausto da Silva - Dirigente do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público/CADP no período.

### 12. ÓRGÃOS INTERNOS ENVOLVIDOS

### 13. ÓRGÃOS EXTERNOS ENVOLVIDOS

Associação dos Municípios do Espírito Santo (AMUNES) e Prefeituras Municipais.

### 14. VINCULAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO / PLANO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL (detalhar).

Está diretamente alinhado ao Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo 2015-2025 “Intensificar a prevenção e o combate à corrupção, à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro e aos crimes na administração pública e eleitorais”, indo, com exatidão, ao encontro do programa: Prevenção da corrupção pela integridade e estímulo ao controle social.

### 15. DURAÇÃO

Dezembro/2019 a dezembro/2021.

### 16. PÚBLICO-ALVO

Sociedade civil.

### 17. EMENTA DO PROJETO

O Centro de Apoio de Defesa do Patrimônio Público do MPES, desenvolveu o programa Fortalecimento das Ouvidorias como forma de ampliar os mecanismos de controle sobre a gestão a partir do fomento, ampliação e divulgação do importante canal de comunicação do usuário com a Administração Pública, contribuindo assim na criação de estruturas e capacidades para implantação, disseminação e fortalecimento de Ouvidorias Públicas no Estado do Espírito Santo.

O programa visa ainda o compartilhamento da base de dados com os órgãos colaboradores de forma a gerar uma rede de comunicação eficaz de banco de dados

Os dados gerados servirão de base para formulação, execução, avaliação e controle das políticas públicas estabelecidas e dos serviços públicos prestados na região pelos órgãos competentes.

## 19. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As Ouvidorias Públicas são instâncias de controle e participação social, responsáveis por interagir com os usuários de serviços públicos, com o objetivo de aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos. As ouvidorias auxiliam o usuário de serviços públicos em sua interlocução com o Estado, mediando o acesso a serviços públicos e possibilitando que o cidadão expresse seu ponto de vista, faça solicitações ou denuncie possíveis irregularidades. Nesse contexto, pretende-se o fortalecimento das Ouvidorias, permitindo a capacitação e habilitação dos interessados para resolução de questões relativas à implantação da Ouvidoria.

## III ATIVIDADES E METODOLOGIA

### 20. PLANO DE TRABALHO DO PROJETO

A criação de Ouvidorias Públicas em todos os municípios do Estado do Espírito Santo que não as tiverem, e seu aperfeiçoamento naqueles que já possuem Ouvidoria implantada. Disponibilização de canal *web* para recebimento de manifestações de Ouvidoria em todos os municípios do Estado.

O adequado funcionamento de uma Ouvidoria depende de sua integração sistêmica aos demais órgãos da Administração Pública. Desse modo, é muito importante que haja um relacionamento colaborativo e articulado entre a Ouvidoria e os demais órgãos da Administração.

### 21. ETAPAS / FASES DO PROGRAMA / PROJETO (descrever)

- 1) Produção de estratégia de comunicação para os municípios - janeiro a abril de 2020;
- 2) Seminário de lançamento - agosto de 2020;
- 3) Oficinas de treinamento para gestores municipais - agosto de 2020 a dezembro de 2020;
- 4) Criação/Aperfeiçoamento dos sistemas das ouvidorias municipais - Até dezembro de

- 2021;
- 5) Capacitação presencial e cursos a distância - novembro de 2020 a agosto de 2021;
  - 6) Compartilhamento periódico das bases de dados obtidas ou referentes aos municípios capixabas com o MPES - agosto de 2021 até dezembro de 2021.

## 22. FATORES INTERNOS

(Atributos da Unidade Ministerial com repercussão sobre a iniciativa)

### 22.1 Pontos Fortes

Criação de uma rede de apoio à atividade ministerial como fomento ao controle social;

### 22.2 Pontos Fracos

- a) Não obtenção dos recursos financeiros e materiais necessários junto aos parceiros;
- b) dificuldades de agenda para a execução do evento;
- c) falta de adesão por parte dos Promotores de Justiça naturais com atuação nas instituições municipais alvo do projeto.

## 23. FATORES EXTERNOS

(Características da realidade fática que afetaram a iniciativa)

### 23.1 Oportunidades

Ampliação dos mecanismos de controle sobre a gestão, por meio da avaliação dos usuários de serviços públicos. Aumento da oferta de dados para os órgãos competentes para formulação, execução, avaliação e controle das políticas públicas estabelecidas e dos serviços públicos prestados na região.

### 23.2 Ameaças

- Baixa adesão de municípios interessados;
- O período eleitoral.
- Pandemia.

24. HOUVE **DIAGNÓSTICO** PRÉVIO DA REALIDADE A SER ENFRENTADA? COMO FOI REALIZADO?

Não. Contudo, diante da pandemia, o projeto necessitou de reformulação. Na nova proposta está prevista como uma das etapas do projeto o levantamento da situação das Ouvidorias nos 78 municípios do Estado.

25. OS DADOS DO **DIAGNÓSTICO** FORAM COMPARTILHADOS COM OUTROS ÓRGÃOS?

Não.

26. HOUVE A PRODUÇÃO DE **ESTUDOS BÁSICOS** REFERENTES AO TEMA? QUAL ÓRGÃO RESPONSÁVEL?

Sim. O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público - CADP realizou pesquisas a partir das denúncias verificadas na mídia, bem como dos pedidos de apoio que recebe.

27. HOUVE AÇÕES ESPECÍFICAS DE **COMUNICAÇÃO / DIVULGAÇÃO** RELACIONADAS AO PROJETO?

Não.

28. A INICIATIVA PRODUZIU **PEÇAS, MODELOS OU GUIAS** DE ATUAÇÃO, RELACIONADOS À ATUAÇÃO FINALÍSTICA DO MP?

## ESPECIFICAR.

Inicialmente não, mas em razão da pandemia, o projeto necessitou ser ajustado, de forma que foram elaborados materiais a serem disponibilizados aos Promotores de Justiça. As alterações estão em processo de reformulação para aprovação pela Administração Superior.

### 29. COMO SE DEU O ENVOLVIMENTO DOS **MEMBROS DA INSTITUIÇÃO** NO PROJETO / PROGRAMA? HOUVE ESTÍMULO PARA ADOÇÃO DA INICIATIVA EM CADA UNIDADE TERRITORIAL?

Sim. Em razão da pandemia, o projeto encontra-se em reformulação para aprovação pela Administração Superior, de forma que restou inviabilizada a realização dos eventos presenciais inicialmente propostos, sendo readequado para elaboração de materiais a serem encaminhados aos Promotores e encontros virtuais.

### 30. A INICIATIVA PROMOVEU A REALIZAÇÃO DE **EVENTOS E SEMINÁRIOS**? DE QUE TIPO? INFORMAR, SE POSSÍVEL, FORMATO DO EVENTO, DATAS E PÚBLICO PARTICIPANTE.

Inicialmente sim, mas em razão da pandemia, o projeto necessitou ser reformulado, de forma que restou inviabilizada a realização dos eventos presenciais inicialmente propostos, sendo readequado para elaboração de materiais a serem encaminhados aos Promotores e encontros virtuais. Os eventos virtuais ainda não têm data agendada, tendo em vista que as alterações estão em processo de reformulação para aprovação pela Administração Superior.

## IV RESULTADOS

### 31. QUAIS OS PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROJETO / PROGRAMA?

Os resultados ainda não foram medidos, tendo em vista a impossibilidade de execução das ações inicialmente previstas em razão da pandemia, o que acarretou a necessidade de reformulação do projeto.

### 32. FOI POSSÍVEL APURAR A MUDANÇA DA REALIDADE INICIALMENTE DIAGNOSTICADA? QUAIS INDICADORES ATESTAM



## TAL TRANSFORMAÇÃO?

Não foi possível apurar a mudança na realidade inicialmente diagnosticada, tendo em vista a impossibilidade de execução das ações inicialmente previstas em razão da pandemia, o que acarretou a necessidade de reformulação do projeto.

**33. O PROJETO / PROGRAMA PRODUZIU RESULTADOS MENSURÁVEIS NO TOCANTE À ATIVIDADE FINALÍSTICA DO MPES? SE POSSÍVEL, INFORMAR NUMERO DE INQUÉRITOS CIVIS, PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA, RECOMENDAÇÕES E AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS NO CURSO DA INICIATIVA.**

Não é possível mensurar resultados no tocante à atividade finalística, tendo em vista a impossibilidade de execução das ações inicialmente previstas em razão da pandemia, o que acarretou a necessidade de reformulação do projeto.

**34. QUAIS FORAM OS RECURSOS CONSUMIDOS PELA INICIATIVA ?**

Inicialmente havia sido previsto um custo aproximado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem gastos com materiais de consumo - Elaboração e fabricação de material gráfico, como as cartilhas de orientação que serão distribuídas; Passagens, hospedagem e traslado - Deslocamento e hospedagem do palestrante que realizará a palestra de abertura do Seminário de lançamento do projeto. Diárias e transporte - De membro(s) e servidor(es) para a realização dos Seminários Regionais no interior do Estado do Espírito Santo e para apresentação do projeto em outras unidades da Federação. Coffee break - Para o Seminário de Lançamento do Projeto e para os dois Seminários Regionais. Porém, com a necessidade de reformulação do projeto em razão da pandemia, as novas ações propostas não envolvem nenhum custo financeiro.

**35. AÇÕES RELACIONADAS AO PROJETO / PROGRAMA REDUNDARAM EM OUTRAS INICIATIVAS MOVIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ?**

O projeto está relacionado com o projeto anterior deste Centro de Apoio do MPES, qual seja, o Ética, Controle e Transparência.

Oportunamente registramos que com o início da pandemia, surgiu a necessidade de adequação deste projeto, tendo em vista que algumas ações propostas inicialmente restaram

impossibilitadas de execução, como seminários, encontros, treinamentos e coffee break, todos eventos presenciais.

Assim, através de uma ação integrada e complementar, o CADP restringiu o escopo inicial do projeto e incluiu algumas ações, pretendendo-se, a partir da nova estruturação, uma ação conjunta com as Promotorias de Justiça e a AMUNES com o objetivo de direcionar uma atuação direta junto aos municípios do Estado, visando fomentar a importância das Ouvidorias, bem como buscar a estruturação e aperfeiçoamento dessas estruturas nos municípios.

Incluímos na nova reformulação a realização de um levantamento da atual situação das Ouvidorias nos municípios capixabas, com o apoio da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, além da elaboração de materiais a serem encaminhados aos Promotores de Justiça.

Inclusive, este CADP pretende unificar os resultados dos Projetos Ética, Controle e Transparência, Fortalecimento das Ouvidorias e Fortalecimento do Controle Social com a apresentação de um Painel BI que contemple um diagnóstico completo quanto à transparência, controle interno, ouvidorias e conselhos municipais.

Registramos ainda que os ajustes se encontram em fase de reformulação e aprovação pela Administração Superior.

Identificação do Responsável pelo Preenchimento:

Dra. Mariana Peisino do Amaral

Data e Local: Vitória/ES, 16/07/2021.

**OBRIGADO**